

Por Bruna Chieco



Em um cenário de aperto monetário para combater a inflação, o Banco Central entrou em ciclo de elevação da taxa básica de juros no Brasil, a Selic, que se intensificou em 2024, [atingindo o pico de 15% ao ano](#) em 2025, o que levou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) a ampliarem suas posições em títulos públicos. Para o Diretor-Presidente da Abrapp, Devanir Silva, essa estratégia não continuará funcionando para sempre.

Em sua última reunião, no mês de setembro, o Copom [reduziu a taxa básica de juros](#) para 13,75% a.a., e se a tendência de queda permanecer, as EFPC devem preservar a sustentabilidade de seus planos. “Talvez a melhor ação contra a concentração, principalmente favorecendo a gestão de risco, seja a diversificação”, pontuou Devanir durante o PU Day, evento promovido pela Previdência Usiminas nos dias 24 e 25 de setembro.

Ele ressaltou que o verdadeiro papel da meta atuarial é cumprir com um compromisso assumido com os participantes ao longo de toda a vida do plano. “Precisamos definir um apetite ao risco em razão do plano, ou seja, quanto se deseja assumir, quanto é necessário assumir. Na verdade, a solvência é uma estratégia de movimento e não uma fórmula engessada”, disse.

“Há necessidade de prepararmos as carteiras para o Brasil de amanhã. E isso é construir decisões consistentes e alinhadas com o horizonte do longo prazo”, continuou o Diretor-Presidente da Abrapp.

Reiterando que a elevada concentração em títulos públicos foi uma resposta racional ao ambiente econômico atual, Devanir alerta que nenhuma estratégia conjuntural pode ser confundida com uma estratégia permanente. “O futuro da previdência complementar dependerá da capacidade de combinar boa governança, adequada gestão de riscos, diversificação responsável e visão de longo prazo”, afirmou.

Uma boa gestão, na sua visão, deve ser casada com a boa regulação, não apenas normativa, mas preventiva, baseada em evidência, proporcional e calibrada aos riscos reais de cada entidade. “Vejo uma oportunidade de avançarmos, inclusive, com novas competências a incorporar, principalmente com relação à ciência de dados, à inteligência artificial, à cibersegurança, processos analíticos e uma gestão integrada de informações”, ressaltou.

A agenda de novas competências responde a uma transformação profunda da economia, marcada pela digitalização, pelo volume crescente de dados que precisam ser convertidos em inteligência, pelo avanço da IA e pela sofisticação dos riscos. Nesse ambiente, a governança ganha papel central, segundo Devanir. “Significa decidir olhando décadas à frente e não apenas o próximo trimestre”, apontou.

Sobre os próximos passos do ambiente regulatório, o Diretor-Presidente da Abrapp projetou um modelo que amplia o espaço para a evolução do sistema. “Com relação ao futuro da nossa regulação, eu vejo, sim, uma regulação mais principiológica, com incentivo à inovação, com ampliação da educação previdenciária e maior flexibilidade dos planos”, afirmou.

Comunicação e expansão – A governança estruturada, a fiscalização permanente e o modelo não lucrativo, voltado à proteção de pessoas no longo prazo, são os diferenciais do setor que devem ser comunicados ao público, declarou Devanir.

Para ele, é preciso falar bem com quem importa, a começar pelos participantes, com uma comunicação clara, acessível e contínua que mantenha a confiança em alta. O desafio inclui também alcançar o público em geral. “Essa nossa previdência tem muito valor e nós precisamos

tornar o sistema compreensível para todos”, destacou.

Devanir também apresentou a previdência complementar fechada como parte da solução para o futuro do país. Ele reafirmou a defesa que vem fazendo à frente da Abrapp de uma nova previdência, que inclua trabalhadores que não possuem cobertura previdenciária hoje, entre eles os autônomos como trabalhadores de plataformas e microempreendedores individuais. “Precisamos de uma solução para esse grupo”, observou.

A proposta passa por um sistema híbrido com três pilares. O primeiro é a repartição, voltada à população com baixa capacidade de poupança. O segundo é a capitalização obrigatória, com gestão das entidades fechadas. O terceiro é um pilar de inclusão social, capaz de alcançar esse contingente de trabalhadores. “E aí está o modelo das micropensões, que pode oferecer essa segurança”, defendeu.

Ao sintetizar a visão apresentada no PU Day, Devanir lembrou que “a previdência é uma corrida de longa distância”.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 25.09.2026.